



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE/2010

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4600
Saco Grande II - Florianópolis - SC
Fones: (48) 3215-1724/1770 E-mail: genoc@sefaz.sc.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Leonel Arcângelo Pavan**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Cleverson Siewert**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
Wanderlei Pereira das Neves**

**GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
Simone de Souza Becker**

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS
RELATÓRIOS:**

**Flávio George Rocha – Contador da Fazenda Estadual
Heber Lima da Costa – Contador da Fazenda Estadual
Josiane Janir Bernardo – Estagiária
Kely Truppel – Contadora da Fazenda Estadual
Ozamir João Pereira – Analista da Receita Estadual
Paulo Rodrigo Capre – Contador da Fazenda Estadual
Rosimeire Celestino Rocha – Contadora da Fazenda Estadual
Tatiana Borges – Contadora da Fazenda Estadual**



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1.995, de 21/09/2010.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 462, de 05 de agosto de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2010**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ¹ (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.555.185.417,36	
Pessoal Ativo	3.583.656.911,33	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.952.181.528,14	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	19.346.977,89	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	802.147.646,79	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	16.319.579,74	
Decorrentes de Decisão Judicial	890.702,17	
Despesas de Exercícios Anteriores	5.396.455,29	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ²	779.540.909,59	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	4.753.037.770,57	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL ³ - DTP (IV) = (III a + III b)		4.753.037.770,57
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.134.586.820,55	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	42,69	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.455.947.542,07	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.183.150.164,97	

FONTE: Despesas Empenhadas e Liquidadas - Consulta Discoverer - Base Sub-balancete
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Nesta linha foram informados os valores das despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados pelo RPPS, bem como seu superávit financeiro. Dessa forma, não foram consideradas as despesas custeadas com as fontes 0100, 0300, 0240 e 0260 provenientes de repasses financeiros efetuados ao RPPS.

³ Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

Florianópolis, 21 de Setembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.840.523.755,91	11.934.235.879,16	12.163.777.670,00	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	11.172.235.575,96	11.277.087.012,69	11.398.763.601,37	-
Interna	10.829.156.514,57	10.942.373.145,69	11.078.173.934,53	-
Externa	343.079.061,39	334.713.867,00	320.589.666,84	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	307.388.389,69	304.381.381,83	345.935.723,23	-
Demais Dívidas	360.899.790,26	352.767.484,64	419.078.345,40	-
DEDUÇÕES (II)	5.513.969.167,20	6.045.539.205,66	6.264.820.173,11	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.133.891.107,60	3.559.238.647,28	3.537.580.883,55	-
Demais Haveres Financeiros	2.470.615.198,59	2.487.238.917,25	2.727.663.539,97	-
(-) Restos a Pagar Processados	90.537.138,99	938.358,87	424.250,41	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	6.326.554.588,71	5.888.696.673,50	5.898.957.496,89	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.405.660.160,88	10.855.422.697,05	11.134.586.820,55	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	113,79	109,94	109,24	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	60,80	54,25	52,98	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				22.269.173.641,10

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL²</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	11.172.235.575,96	11.277.087.012,69	11.398.763.601,37	-
004 - Caixa Econômica Federal (PNAFE)	18.417.171,78	17.149.193,67	16.419.527,55	-
009 - Banco do Brasil/IPESC - Lei 8.727	8.428.772,36	7.610.225,95	6.816.644,18	-
010 - Banco do Brasil/COHAB - Lei 8.727	107.190.529,93	99.522.917,93	91.779.211,31	-
011 - Banco do Brasil - Lei 8.727	291.937.300,52	275.388.950,49	258.652.046,08	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Parcela "P"	3.187.906.234,32	3.238.824.862,38	3.297.009.995,86	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Parcela "P"	1.208.242.658,09	1.209.935.748,10	1.212.521.971,95	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Abertura de Crédito	4.377.931.790,34	4.447.858.025,34	4.527.763.306,99	-
012 - Banco do Brasil - Lei 9.496 - Resíduo Abertura de Crédito	662.793.344,29	663.722.105,41	665.140.803,82	-
013 - Banco do Brasil/DMPL 97/01113-4	37.150.799,15	35.489.509,63	36.010.388,83	-
016 - BNDES (CELESC - CRC) 080/PGFN/CAF	871.045.179,41	888.735.161,98	907.832.440,16	-
020 - BNDES (PMAE)	6.920.734,38	6.944.444,81	7.035.597,80	-
021 - Banco do Brasil (PEF)	51.192.000,00	51.192.000,00	51.192.000,00	-
055 - BID 770-SF 521/007	3.453.013,59	2.589.463,55	1.772.574,36	-
056 - BID 719 521/00016	43.454.206,57	43.189.667,99	35.440.175,17	-
071 - BID 1390-OC-BR-ROF: TA 232571	213.784.705,85	212.483.236,82	205.803.340,74	-
072 - BIRD 4660-BR-ROF: TA 232598	82.387.135,38	76.451.498,64	77.573.576,57	-

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	95.472.099,63	96.125.891,08	96.085.365,58	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS ²	1.704.424.006,08	1.836.991.869,91	2.006.778.434,11	-
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	29.014.313.859,66	29.015.679.130,86	29.239.429.311,95	-
Passivo Atuarial	28.844.073.913,34	28.844.073.913,34	29.049.271.583,68	-
Demais Dívidas	170.239.946,32	171.605.217,52	190.157.728,27	-
Obrigações Legais e Tributárias	3.341.549,61	3.324.896,18	3.324.896,18	-
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	166.898.396,71	168.280.321,34	186.832.832,09	-
DEDUÇÕES (V)	604.649.469,02	413.335.795,95	187.985.401,03	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.628.466,98	24.413.087,80	23.533.748,22	-
Investimentos	119.960.561,35	146.512.137,04	139.709.473,93	-
Demais Haveres Financeiros	461.757.636,64	242.410.571,11	24.742.178,88	-
(-) Restos a Pagar Processados	697.195,95	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC ¹	600.334,32	963.464,77	1.318.461,11	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	28.409.664.390,64	28.602.343.334,91	29.051.443.910,92	-

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral

Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Consulta Discoverer

NOTAS:

1 Incluídos os valores de Depósitos de Terceiros, conforme nova metodologia proposta pela Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.

2 A publicação do relatório do 1º quadrimestre demonstrou, no quadro de Detalhamento da Dívida Contratual, as Demais Dívidas. A partir desta publicação, por entendimento da STN, passamos a detalhar a Dívida Contratual.

Observação: Encontra-se contabilizado no sistema de compensação na conta 1.9.7.1.1 - Riscos Fiscais e Passivos Contingentes o valor de R\$ 3.689.595.720,35, sendo R\$ 2.440.415.509,27 decorrente de 239.855 títulos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina no exercício de 1996; R\$ 1.187.756.573,85 referente a setenças judiciais passivas em trâmite; R\$ 849.838,54 de notificações em recurso e R\$ 60.573.798,69 relativo à dívida com a Celesc.

Florianópolis, 21 de setembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

RS 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	7.179.148,68	6.596.674,81	5.854.136,45	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	7.179.148,68	6.596.674,81	5.854.136,45	-
CASAN	7.179.148,68	6.596.674,81	5.854.136,45	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
INTERNA (II)	145.848.742,55	140.751.240,13	137.919.785,98	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	145.848.742,55	140.751.240,13	137.919.785,98	-
CASAN	145.848.742,55	140.751.240,13	137.919.785,98	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	153.027.891,23	147.347.914,94	143.773.922,43	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.405.660.160,88	10.855.422.697,05	11.134.586.820,55	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	1,47	1,36	1,29	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	2.289.245.235,39	2.388.192.993,35	2.449.609.100,52	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS ²	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

² As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

Florianópolis, 21 de setembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETORA DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
Abertura de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	378.938,34	1.796.426,90
Parcelamentos de Dívidas	378.938,34	1.796.426,90
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	378.938,34	1.796.426,90
Previdenciárias	131.475,25	1.548.963,81
Demais Contribuições Sociais	247.463,09	247.463,09
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	11.134.586.820,55	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.781.533.891,29	16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	779.421.077,44	7%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.796.426,90	0,02%

FONTE: Balancete do Razão Analítico - Consolidado Geral

Florianópolis, 21 de setembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.001

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.753.037.770,57	42,69
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	5.455.947.542,07	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	5.183.150.164,97	46,55

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.898.957.496,89	52,98
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.269.173.641,10	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	143.773.922,43	1,29
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.449.609.100,52	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.781.533.891,29	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	779.421.077,44	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	-	-

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2010

Florianópolis, 21 de setembro de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC 15.874/O

ABEL GUILHERME DA CUNHA
DIRETOR DA DÍVIDA PÚBLICA E INVESTIMENTOS
MATRÍCULA Nº 172.001-5

FRANCISCO VIEIRA PINHEIRO
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 365.795-7

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01